



Regulamento do Conselho Pedagógico da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti

Artigo 1.º

Âmbito e Finalidade

1. O Conselho Pedagógico é o órgão a quem compete deliberar sobre assuntos de natureza pedagógica da Escola.

Artigo 2.º

Estrutura Organizativa

1. O Conselho Pedagógico é constituído por igual número de representantes do corpo docente e discente da instituição, eleitos nos termos estabelecidos no artigo 3º.
2. O Conselho Pedagógico é composto por representantes dos discentes de 1º e 2º ciclos de estudo na seguinte proporcionalidade:
 - 2.1. Licenciatura em Educação Básica - 3 efectivos e 1 suplente;
 - 2.2. Licenciatura em Educação Social - 1 efectivo e 1 suplente;
 - 2.3. Mestrados na área de formação de professores - 1 efectivo e 1 suplente;
 - 2.4. Pós-graduações e outros mestrados - 1 efectivo e 1 suplente;
3. O Conselho Pedagógico é composto, ainda, por 6 docentes efectivos e 2 suplentes eleitos pelos pares;
4. Integram, também, o Conselho Pedagógico o provedor do estudante, o presidente da associação de estudantes e um membro do Conselho de Direcção;
5. O presidente do Conselho Pedagógico é eleito, por maioria de votos, de entre os representantes do corpo docente, pelos membros efectivos do referido Conselho.
6. O responsável pelos serviços académicos estará presente nas reuniões como secretário do Conselho Pedagógico.

Artigo 3.º

Eleições e mandato

1. A eleição dos membros do Conselho Pedagógico é feita por listas e voto secreto, pelos respectivos pares.
2. O processo eleitoral inicia-se com a publicitação de um edital onde constam a lista dos eleitores, a lista dos elegíveis, os prazos do processo eleitoral, horário e local de voto.
3. Os prazos fixados no edital referem-se a:
 - 3.1. Entrega da(s) lista(s) até 7 dias úteis antes das eleições;
 - 3.2. Afixação das listas 4 dias úteis antes das eleições;
 - 3.3. Data das eleições.
4. A(s) lista(s), havendo-a(s), são entregues à responsável pelos serviços académicos até às dezassete horas do último dia previsto para o efeito;
5. Não havendo lista(s) candidata(s) dos membros discentes, é publicitada essa informação, passando a eleição a ser feita por votação nominal nos delegados de turma constantes da lista de elegíveis, respeitando a proporcionalidade definida no nº 2 do artigo 2º.
6. Não havendo lista(s) candidata(s) dos membros docentes, é publicitada essa informação, passando a eleição a ser feita por votação nominal nos elementos constantes da lista de elegíveis.
7. É vencedora a lista mais votada e, nos casos previstos nos pontos anteriores deste regulamento, são considerados eleitos para o Conselho Pedagógico, os elementos mais votados.
8. A abertura das urnas e respectiva contagem de votos será feita pela responsável pelos serviços académicos logo após o término da votação na presença de, pelo menos, dois dos seguintes elementos: um membro do Conselho de Direcção, o presidente do Conselho Pedagógico cessante e o presidente da Associação de Estudantes.
9. Na contagem de votos, em caso de empate entre listas candidatas ou entre dois ou mais elementos da lista de elegíveis, atender-se-á ao critério de antiguidade na ESEPF.

10. Os resultados das eleições serão tornados públicos pela responsável dos serviços académicos e afixados em local destinado para esse efeito, no prazo máximo de 24 horas após o fecho das urnas.
11. Os membros do Conselho Pedagógico perdem o mandato nas seguintes condições:
 - 11.1. Renúncia expressa ao exercício das suas funções;
 - 11.2. Falta às reuniões mais de três vezes consecutivas ou cinco alternadas, excepto se o Conselho entender justificável o motivo apresentado;
 - 11.3. Impedimento permanente ou superior a seis meses, apreciado pelo Conselho;
 - 11.4. Condenação em processo disciplinar durante o período do mandato;
 - 11.5. Perda da qualidade em que foram eleitos.
12. No caso em que a perda de mandato de qualquer membro do Conselho Pedagógico conduza à ausência de representatividade, proceder-se-á à sua substituição através de eleição parcelar e extraordinária.

Artigo 4.º

Competências

1. Compete ao Conselho Pedagógico:
 - 1.1. elaborar o seu regulamento;
 - 1.2. pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação, sempre que solicitado e em articulação com os demais órgãos de governo da ESEPF e estruturas de gestão;
 - 1.3. promover a realização de inquéritos regulares ao desempenho pedagógico da instituição e a sua análise e divulgação, através de estruturas existentes na ESEPF destinadas a esse fim;
 - 1.4. participar no processo de avaliação do desempenho pedagógico dos docentes, de acordo com as orientações da Entidade Instituidora e da lei em vigor;
 - 1.5. apreciar as queixas relativas a falhas pedagógicas e propor as providências necessárias, sempre que solicitado pelos alunos;

- 1.6. aprovar o regulamento de avaliação do aproveitamento dos estudantes;
- 1.7. pronunciar-se sobre o regime de prescrições, resolvendo as dúvidas suscitadas na aplicação das Normas de Avaliação definidas no Regulamento da Avaliação da ESEPF;
- 1.8. pronunciar-se sobre o calendário e o horário das tarefas lectivas e os mapas de exames da instituição;
- 1.9. pronunciar-se sobre os demais assuntos que lhe sejam submetidos pelo Director;
- 1.10. exercer as demais competências que lhe sejam cometidas pela lei.

Artigo 5º

Mandato e competências do Presidente do Conselho Pedagógico

1. O mandato do presidente do Conselho Pedagógico tem a duração de dois anos.
2. Compete ao presidente do Conselho Pedagógico:
 - 2.1. Convocar e orientar as reuniões;
 - 2.2. Verificar as perdas de mandato e desenvolver os mecanismos necessários à substituição dos elementos que perderam o mandato;
 - 2.3. Assinar as actas.
3. O Presidente do Conselho Pedagógico dispõe de voto de qualidade, em caso de empate nas votações.

Artigo 6.º

Funcionamento do Conselho Pedagógico

1. O mandato do Conselho Pedagógico tem a duração de dois anos.
2. O Conselho Pedagógico reúne ordinariamente uma vez por trimestre, podendo reunir extraordinariamente.
3. O Conselho Pedagógico é convocado pelo presidente, com uma antecedência mínima de 48 horas, devendo mencionar-se o local, o dia e a hora da reunião, bem como a respectiva ordem de trabalhos.

4. A convocatória deverá ser acompanhada pela documentação necessária ao bom andamento dos trabalhos, nomeadamente que exija tomadas de decisão.
5. Os membros efectivos serão convocados e os suplentes informados das reuniões. Na impossibilidade de estar presente, o membro efectivo far-se-á representar por um suplente.
6. O Conselho Pedagógico só poderá deliberar por maioria absoluta.
7. As matérias tratadas nas reuniões deverão ficar exaradas em acta elaborada pela secretária do Conselho Pedagógico.
8. As actas deverão ser lidas na reunião seguinte e aprovadas por todos os membros do Conselho Pedagógico presentes, que tenham estado na reunião a que se referem.

Artigo 7º

Disposições finais

- 1- O presente regulamento entra em vigor imediatamente após ser aprovado pelo Conselho Pedagógico e homologado pelo Director.
- 2- O regulamento pode ser alterado por maioria absoluta dos membros em efectividade de funções, em reunião convocada expressamente para o efeito.

O presente regulamento foi aprovado pelo Conselho de Direcção da ESEPF, em 15 de Dezembro de 2010.

Pelo Conselho de Direcção,



José Luís Almeida Gonçalves, Director